

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES CURSO DE  
PEDAGOGIA

ANA PAULA BRENZAN

O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARINGÁ  
2017

ANA PAULA BRENZAN

## O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Eunice França Volsi

MARINGÁ

2017

ANA PAULA BRENZAN

## O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, como requisito parcial para o cumprimento das atividades exigidas na disciplina do TCC.

Orientação: Profa. Dra. Maria Eunice França Volsi

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Eunice França Volsi (ORIENTADORA)

Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Ércilia Maria Angeli Teixeira de Paula

Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Ms Giselma Cecília Serconek

Universidade Estadual de Maringá

MARINGÁ

2017

## O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Brenzan<sup>1</sup>

Dra. Maria Eunice França Volsi<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a importância do planejamento nas instituições destinadas a educação infantil. O planejamento pedagógico é uma ação muito importante e cabe ao professor, pois o mesmo se constitui num processo na sistematização da prática pedagógica que será desenvolvida por ele em sala de aula. Por meio de uma pesquisa bibliográfica será apresentada a relevância do planejamento na educação infantil. Inicialmente a pesquisa discorrerá sobre a história da educação Infantil no Brasil, na sequência, abordará importância do Planejamento na Educação Infantil; e, por fim, algumas considerações sobre os tipos de planejamento que podem ser desenvolvidos na educação infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento; Educação Infantil; Professor.

### ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the importance of planning in institutions for early childhood education. The pedagogical planning is a very important action and it is up to the teacher, since it constitutes a process in the systematization of the pedagogical practice that will be developed by him in the classroom. Through a bibliographical research will be presented the relevance of planning in early childhood education. Initially the research will discuss the history of early childhood education in Brazil, in the sequence, will address the importance of Planning in Early Childhood Education; And, finally, some considerations about the types of planning that can be developed in early childhood education.

**KEY WORDS:** Planning; Child Education; Teacher.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá

<sup>2</sup>Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho será apresentado o resultado de uma pesquisa bibliográfica, a qual abordará o planejamento na Educação Infantil e tem por objetivo discutir e entender a importância do planejamento e como ele deve ser desenvolvido na Educação Infantil. Para Schimtt (2006) o objetivo principal do planejamento é possibilitar um trabalho mais significativo e transformador na sala de aula, na escola e na sociedade.

O interesse por esta pesquisa tem origem a partir da vivência em um Centro de Educação Infantil onde realizei estágio durante a minha graduação. Nesta instituição percebi a falta de intencionalidade na realização do trabalho pedagógico junto às crianças. Os educadores também não se interessavam pelas horas atividade que eram destinadas para a realização e organização do trabalho pedagógico.

A Educação Infantil, durante muito tempo, esteve relacionada somente a uma prática assistencialista, preocupada principalmente com atendimento e cuidado com as crianças. Este assistencialismo durou por muitos anos, foi quando a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) tornou esta obrigação um dever do estado, passando a fortalecer o caráter educativo. Segundo Kramer (1982, p.29), “a função dessas pré-escolas era de compensar as deficiências das crianças, sua miséria e sua pobreza, a negligência de suas famílias”.

O atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a cinco anos de idade é definido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como dever do Estado em relação à educação, oferecido em regime de colaboração e organizado em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cumprir tal função significa, em primeiro lugar, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. As instituições de Educação Infantil devem ser organizadas sob orientação de diretrizes e parâmetros curriculares, assim como os demais níveis de ensino, e isso demanda dos profissionais da educação, que nela trabalham uma ação planejada.

Vale apontar que o planejamento na Educação Infantil é um tema necessário a ser discutido, pois é por meio dele que o professor desenvolverá a

cultura e a formação de cada criança. Além de representar um momento de organização e sistematização da prática pedagógica.

Para Ostetto (2000) planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma fôrma.

Ainda conforme a autora:

Elaborar um “planejamento bem planejado” no espaço da educação infantil significa entrar na relação com as crianças (e não com alunos!), mergulhar na aventura em busca do desconhecido, construir a identidade de grupo junto com as crianças (OSTETTO, 2000, p.190).

Neste trabalho apresentaremos, inicialmente, como foi o surgimento da Educação Infantil no Brasil e como as leis foram regulamentando esta modalidade de ensino. Apontaremos, também, a importância do ato de planejar para o desenvolvimento das crianças e as diferentes perspectivas de planejamento encontradas por Ostetto e Schimtt e quais são suas implicações na educação infantil.

Por fim, apontaremos o planejamento como instrumento orientador do trabalho do professor e como ele deve usá-lo de forma coerente e de maneira que favoreça o desenvolvimento de seus alunos.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO**

A Educação Infantil no Brasil, por muito tempo ficou a cargo da igreja, pelo ensino dos Jesuítas. Após a expulsão dos jesuítas o ensino passou por algumas reformas, mas nunca se pensavam em escolas para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

Nesta época era muito comum o abandono de crianças e em decorrência dessa prática era alto o índice de mortalidade infantil. Os médicos preocupados com essa mortalidade procuraram detectar as possíveis causas e identificaram algumas como: sífilis, alcoolismo, mães sem informações sobre o cuidado com as crianças, a pobreza, má alimentação da mãe. Esses médicos, chamados higienistas, queriam educar a população para a saúde, aumentando a qualidade de vida e melhorar a condição das pessoas e conseqüentemente das crianças. Nesse contexto, a Igreja católica criou na Santa Casa, a Casa dos Expostos ou

Casa da Roda<sup>3</sup>. Esse mecanismo era uma roda cilíndrica onde as crianças eram deixadas, sem que soubessem quem as deixou.

Essas crianças eram cuidadas pelas chamadas “criadeiras”. Elas recebiam um salário para cuidar das crianças até que completassem seis anos. Essas criadeiras eram geralmente mulheres livres ou escravas, sem qualquer grau de instrução.

Entre as décadas de 1940 e 1950, com o desenvolvimento da industrialização e o aumento das mulheres no mercado de trabalho, o movimento operário ganhou força. Elas reivindicaram melhores condições de trabalho e a criação de instituições para o cuidado de seus filhos. Oliveira aponta que:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Essas instituições ganharam enfoque diferente, passando a ser reivindicadas como um direito de todas as mulheres trabalhadoras. No Brasil já em meados de 1970, considerava-se que o atendimento à criança pequena fora do lar possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita. Era a defesa de uma educação compensatória.

Segundo Kramer (1987, p. 23), as creches surgiam:

[...] com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças.

---

<sup>3</sup> Casa de acolhimento de crianças abandonadas. Essa casa era financiada pela Câmara municipal e por esmolas da sociedade (caridade).

Na década de 1970, para as crianças consideradas de classe média e alta, foram criados os Jardins de Infância, onde as crianças eram cuidadas e protegidas e recebiam também uma 'educação' pré-escolar. Kramer (1995) aponta que:

Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas dos particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Podemos apontar que as crianças das classes sociais diferentes eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER 1995 *apud* PASCHOAL e MACHADO, 2009 p. 84).

Com o tempo, surgiu a necessidade de algumas discussões sobre o atendimento à infância. Um dos motivos foi o aumento do número de crianças com idade para ingresso a educação pré-escolar.

Mas foi durante as décadas de 1970 e 1980, que começaram a luta em torno da necessidade de tornar direito da criança, a Educação Infantil.

Com a preocupação de atender a todas as crianças, independente de classe social, iniciou-se um processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação.

Em 1988, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) tornou a Educação infantil um dever do Estado e fortaleceu seu caráter educativo. O Art. 208 detalha como se efetivará o dever do Estado com a educação, e em relação a Educação Infantil destaca que será garantido "IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade".(BRASIL, 1998)

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. No Art. 53 mostra que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. E no Art. 54 mostra que é dever do Estado assegurar à criança: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) (Lei nº 9.394/96,) evidenciou a importância da Educação Infantil,

que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Em seu art. 29 aponta que a Educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Logo após a criação da LDB, foi publicado um documento específico para a orientação pedagógico curricular para a Educação Infantil, trata-se do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI/1998 (BRASIL, 1998), o qual é composto por 3 volumes. O RCNEI é um documento que foi elaborado pelo Ministério da Educação, em 1998, com o objetivo de auxiliar o professor de educação infantil no trabalho educativo diário junto às crianças pequenas, servindo de base para as discussões entre profissionais da área em todo o país, não sendo, entretanto, de uso obrigatório.

O RCNEI (1998, p.15) mostra que: “as instituições de Educação Infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios”.

São nessas instituições que essas crianças passam a maioria do seu tempo, e é neste período de tempo que elas estão longe dos pais, que a instituição deve favorecer a essas crianças um ambiente agradável e acolhedor, de modo que se sintam seguras e amparadas, na ausência dos pais.

## **IMPORTÂNCIA DO ATO DE PLANEJAR**

O planejamento está presente em todas as nossas ações do dia a dia, afinal é planejando as ações que conseguiremos realizar as nossas tarefas com êxito. E com a educação esse processo não pode ser diferente. Em sala de aula esse processo de planejar é essencial, pois é através do planejamento que o professor conduzirá sua aula de maneira organizada e este planejamento auxiliará o professor a exercer um trabalho prazeroso e produtivo tanto para ele quanto para seus alunos.

O planejamento é um instrumento que tem por objetivo, ajudar o professor a realizar um trabalho mais significativo com as crianças. Segundo Schimtt,

O objetivo principal do planejamento é possibilitar um trabalho mais significativo e transformador na sala de aula, na escola e na sociedade. O plano escrito é o produto destes processos de reflexão e decisão. Não deve ser feito por uma exigência burocrática, mas, ao contrário, deve corresponder a um projeto compromisso do professor, tendo, pois, suas marcas (SCHIMTT, 2006, p.2.).

Tendo isso em vista é de suma importância que se realize o planejamento de forma adequada a cada faixa etária. Ostetto aponta que:

[...] a elaboração de um planejamento depende da visão de mundo, de criança, de educação, de processo educativo que temos e que queremos: ao selecionar um conteúdo, uma atividade, uma música, na forma de encaminhar o trabalho (OSTETTO, 2000, p.178).

Mesmo sendo crianças pequenas, sejam elas bebês ou não, se faz necessário ter um planejamento, pois é por meio dele que o professor saberá como agir em sala de aula, para que não fique um trabalho somente de assistencialismo. Ostetto (2001, p.197) afirma que:

Ao tratarmos dos bebês não poderemos falar de “assunto” a ser estudado, a menos que falemos de uma caricatura de assunto, muito embora em diferentes situações e atividades previstas, os bebês estarão construindo conhecimento de si e do mundo. Não aquele conhecimento identificado como conteúdo, como assunto, como tema, aspectos comumente circunscritos às áreas de conhecimento classificadas como pertencentes ao âmbito escolar.

Ahmad (2011, p. 03) aponta que é através do planejamento que:

As crianças se manifestam, a partir de seus balbucios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e conhecimentos prévios, estes são de grande importância para um trabalho que respeite as culturas infantis, considerado seu ambiente e desenvolvimentos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica as instituições de Educação Infantil devem:

Planejar o trabalho pedagógico reunindo as equipes da creche e da pré-escola, acompanhado de relatórios descritivos das turmas e das crianças, suas vivências, conquistas e planos, de modo a dar continuidade a seu processo de aprendizagem; (BRASIL, 2013, p.96).

Na Educação Infantil, as crianças devem ser vistas com a mesma seriedade que as crianças maiores, e o mesmo cuidado de ensinar, afinal cada faixa etária têm necessidades diferentes. Para Ostetto (2011) o planejamento na educação infantil é essencialmente linguagem, formas de expressão e leitura do mundo que nos rodeia e que nos causa espanto e paixão por desvendá-lo, formulando perguntas e convivendo com a dúvida.

Muitas pessoas têm uma visão equivocada quanto a Educação Infantil, pensando que as crianças vão para as creches e pré-escolas apenas brincar por brincar, sem um objetivo pedagógico.

Sobre o ato de planejar Libâneo (1992, p.222), explica que:

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções políticas-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos os pais a comunidade, que interagem no processo de ensino).

O trabalho do professor na Educação Infantil é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Sua intervenção nesse processo deve ser intencional e devidamente planejada. Neste momento, o professor deve ser capaz de estabelecer uma boa relação afetiva com as crianças, criando laços para que a criança se sinta confiante e ao mesmo tempo impulsionada a crescer e a ser independente.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI enfatiza que:

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. Para isso, o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização (BRASIL, 1998, p.30).

Nesse sentido, o trabalho do professor deve ser devidamente planejado. E o ato de planejar evidenciará a concepção de educação do professor, bem como, seu conhecimento e comprometimento com o trabalho desenvolvido junto às crianças pequenas. Ao elaborar o planejamento, o professor revela em seu modo de organização e reflexão da prática pedagógica, seus conceitos e concepções. Ainda conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 196)

[...] cabe ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los; [...].

A prática de todo professor, mesmo de forma inconsciente, sempre pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão dos papéis de professor e aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados. A discussão dessas questões é importante para que se explicitem os pressupostos pedagógicos que subjazem à atividade de ensino, na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz. Tais práticas se constituem a partir das concepções educativas e metodologias de ensino que permearam a formação educacional e o percurso profissional do professor, aí incluídas suas próprias experiências escolares, suas experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social e as tendências pedagógicas que lhes são contemporâneas (BRASIL, 2013).

É no planejamento que o professor encontra soluções para obter bons resultados no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de cada criança. Por isso, o planejamento deve ser um ato contínuo, no qual o professor não deve somente escolher o que fazer e transmitir as crianças, mas pensar no desenvolvimento, no avanço e nas dificuldades que a turma e que cada criança possui.

## **MODELOS E ALTERNATIVAS DE PLANEJAMENTO**

Ostetto (1992) destaca modelos de planejamento na Educação Infantil baseados em listagem de atividades, em datas comemorativas, em aspectos do desenvolvimento, em conteúdos organizados por tema, planejamento baseado em conteúdos organizados por áreas do conhecimento.

No planejamento baseado em listagem de atividades, os professores estão preocupados em preencher o tempo de trabalho entre um ou outro momento da rotina da criança. Ele organiza as atividades para realizar em cada dia da semana.

[...] e a cada semana, repete-se a dinâmica de atividades. A prática pedagógica resume-se, aqui, às chamadas atividades, ou a “hora da atividade”, uma vez que os outros momentos da rotina, mais ligados aos cuidados das crianças, não são planejados, sendo mesmo secundarizados (OSTETTO, 1992, p.02).

No planejamento baseado em datas comemorativas Ostetto (1992) aponta que o professor segue as datas do calendário para realizar seu planejamento. O autor mostra que:

Nessa perspectiva, o planejamento da prática cotidiana é direcionado pelo calendário. A programação é organizada considerando algumas datas, tidas como importantes do ponto de vista do adulto. Também aqui são listadas várias atividades, só que as mesmas se referem a uma data específica, a uma comemoração escolhida pelo calendário. Assim, ao longo do ano seriam realizadas atividades referentes ao Carnaval, ao Dia de Tiradentes, ao Descobrimento do Brasil, ao Dia do Índio, à Páscoa, ao Dia do Trabalho, ao Dia das Mães, e assim por diante, conforme as escolhas da instituição ou do educador (OSTETTO, 1992, p. 181).

No planejamento baseado no aspecto do desenvolvimento a preocupação é exatamente com o desenvolvimento infantil. Segundo Ostetto (1992, p.118):

“nessa direção várias são as áreas contempladas, sendo mais comum a indicação dos aspectos físico-motor, afetivo social e cognitivo. Nessa perspectiva nota-se a preocupação em caracterizar a criança pequena dentro dos parâmetros da psicologia do desenvolvimento, o que indica uma preocupação com as especificidades das crianças de zero a seis anos.”

E a autora segue mostrando que:

Essa perspectiva de planejamento, se, por um lado, parece considerar particularidades do desenvolvimento infantil, acaba por secundarizar ou mesmo desconsiderar questões relacionadas à construção do conhecimento, à aprendizagem. Por outro lado, a delimitação de áreas de desenvolvimento para orientar o planejamento parte, geralmente, de uma referência geral e universal de desenvolvimento, tomado como regra ou como padrão de normalidade para toda e qualquer criança (OSTETTO,1992,p.04).

Outro modelo de planejamento é o baseado em conteúdos por área do conhecimento. Neste modelo de planejamento a pré-escola é colocada como lugar pedagógico, mas também como um lugar de conhecimentos. Ostetto aponta que:

Nesta perspectiva, a pré-escola deve contribuir com a universalidade de conhecimentos socialmente acumulados, pois ao mesmo tempo em que a criança se desenvolve, está adquirindo e também produzindo novos conhecimentos. Na defesa do “espaço de aprendizagem”, pode-se visualizar nesta perspectiva a busca de articulação com o ensino posterior, oferecido nas séries iniciais do ensino fundamental (OSTETTO, 1992, p.02).

Já no planejamento baseado em temas (que podem ser definidos: tema integrados, tema gerador, centros de interesse, unidades de experiência), o tema é o gerador das propostas destinadas as crianças, é ele que vai conduzir o trabalho do professor. Segundo Ostetto (1992) no trabalho organizado com base em “temas”:

Pode-se visualizar a preocupação com o interesse da criança, colocando-se em foco suas necessidades e perguntas. Os temas escolhidos pelo professor, sugeridos pelas crianças ou surgidos de situações particulares e significativas vivenciadas pelo grupo indicam o trabalho a ser desenvolvido. Nesta direção, além da preocupação em trabalhar aspectos que façam parte da realidade da criança, são delimitados conteúdos considerados significativos para a aprendizagem dos alunos (OSTETTO, 1992, p. 4).

Neste tipo de planejamento baseado em temas o professor deve ter cautela e tomar cuidado para que de seu “tema” não surja uma lista de atividades. E que estes temas sejam compatíveis com a faixa etária das crianças.

Outro tipo de planejamento é o de projetos, que segundo Schmitt (2006), através do planejamento por projetos, é possível trazer a ideia de horizonte, de leitura de grupo, podendo incluir o trabalho com qualquer grupo de crianças,

sendo que, para cada grupo, há um específico e único projeto, articulando-se somente em princípios e itens gerais.

O projeto pode ser desenvolvido tanto para bebês quanto para as crianças maiores, considerando os conteúdos para cada faixa etária.

O projeto é desenvolvido em grupos e pode ser trabalhado um único projeto com qualquer grupo de criança, mas é claro que o professor deve considerar as especificidades de cada faixa etária, e é através do projeto que o professor retira elementos para realizar seu planejamento semanal e diário.

Diante disso, podemos compreender as diferentes formas de planejar que orientaram as ações docentes na educação infantil. Ações estas que podem ser orientadas pelo RCNEI, que é organizado em três volumes. Volumes estes que contribuem para o planejamento e o desenvolvimento das práticas educativas na educação infantil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, requer muito cuidado ao se trabalhar com essa etapa, pois são as primeiras experiências que mais marcam a vida das pessoas. Conforme apontamos durante o texto, o planejamento na educação infantil é de grande importância, tanto para o professor como para as crianças.

É na Educação Infantil que a criança desenvolve a linguagem, raciocínio, coordenação motora, criatividade e é por meio do planejamento que o professor apresenta como ele desenvolverá isso com as crianças, trabalhando e agindo de acordo com a necessidade da turma. Faz-se necessário apontar que cada turma tem características diferentes umas das outras, necessitando de um planejamento diferenciado para a realidade das mesmas. Sendo assim, um professor jamais pode utilizar do mesmo planejamento para outras turmas.

Ao longo do trabalho, apresentamos alguns dos modelos de planejamentos mais utilizados na educação infantil, que podem auxiliar o professor no seu trabalho pedagógico com as crianças. E diante desses modelos mostrar a importância do ato de planejar na Educação Infantil.

Ressaltamos que o planejamento é fundamental na educação infantil, independentemente da idade da criança. É através do planejamento que o

professor desenvolve uma boa prática pedagógica, podendo adaptar seu planejamento de acordo com a necessidade de seus alunos. Podemos apresentar também que em alguns casos o planejamento já vem pronto da secretaria de educação, tendo o professor que seguir à risca este planejamento, podendo apenas acrescentar e nunca modificá-lo.

Ao pensar em desafios, é conveniente dizer que os professores podem encontrar algumas barreiras que os impedem de desenvolver seu planejamento de forma eficiente. Podemos apontar a falta de recursos que a instituição possui. Para que isso não ocorra, o professor deve estar preparado e ciente dos recursos que possui para um bom e eficaz desenvolvimento do seu planejamento.

Portanto, podemos considerar que o planejamento na Educação Infantil proporciona amplas possibilidades no trabalho educativo com as crianças, proporcionando a elas uma educação de qualidade e um desenvolvimento pleno. O planejamento precisa contemplar, além de construção e socialização do conhecimento, questões que envolvam o lúdico, o prazer, a descontração, enfim, ações em que as crianças possam dar significado às suas aprendizagens.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miran & KRAMER, Sonia. “**O Rei Está Nu**”: um debate sobre a função da pré-escola. Rio de Janeiro, 1982.

AHMAD, Laila Azize Souto. **Planejamento na Educação Infantil**: Uma construção mediada pela coordenação pedagógica no núcleo de Educação Infantil IPE Amarelo. Curitiba: PUC, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069**, de 13 de junho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm). Acesso em: 23/11/2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 07/07/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 80-101.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, SEF, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Volume 2. Formação Pessoal e Social. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CERISARA, Ana Beatriz. **A Pré escola em questão**. Universidade Federal de Santa Catarina. P. 71-83. Florianópolis, jan/jun-1984.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kécia Karine S. de. **Movimento higienista e o atendimento à criança**. Disponível em <http://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>

HEIDRICH, Gustavo. **Educação infantil no Brasil: cem anos de espera**. In: Nova Escola. Março de 2010. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/educacao-infantil-brasil-cem-anos-espera-540838.shtml?page=1#>>

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_, **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 1987

LIBÂNIO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR** On-line. Campinas, n.33, mar. 2009, p.78-95.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Planejamento na Educação Infantil, mais que atividade a criança em foco**. Campinas: Papyrus, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Creches: Criança e o faz -de- contas & Cia**. 13 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SCHMITT, Adriana. **Registro de Planejamento na Educação**. Santa Catarina: Ed FURB. Vol. 1, n. 2, 2006.